



## Apresentação

### Editores convidados

Fermin Roland Schramm

Marco Segre

O Simpósio desta edição está dedicado a aspectos filosóficos, antropológicos, étnicos, de gênero, sociológicos, políticos, jurídicos, médicos e técnicos da assim chamada “reprodução assistida”, que podem ser reunidos sob a denominação genérica de *Bioética da Reprodução Assistida*, cuja única pretensão – neste caso – foi a de ser um foro, ao mesmo tempo, de debates interdisciplinares e polêmicos e de propostas de superação dos impasses que impedem uma melhor qualidade de saúde reprodutiva de nossas populações.

O *corpus* apresentado reúne oito textos, escritos a partir de olhares diferentes, tendo, portanto, distintos aspectos pertinentes. Porém, apresentam um denominador comum que dá o título ao tema do Simpósio e que se refere ao âmbito daquela que podemos chamar de “bioética do começo da vida” (para distingui-la, por exemplo, de uma “bioética do fim da vida”). Este âmbito da bioética refere-se à ética aplicada que se ocupa e preocupa com os problemas que surgem das práticas, potencial ou realmente irreversíveis, acerca do começo da vida humana, quando os atores de tais métodos utilizam uma série de técnicas e biotécnicas cuja eficácia (“Pode funcionar?”), efetividade (“Funciona efetivamente?”) e eficiência (“Vale a pena utilizá-la?”) podem ser objeto de ponderações díspares e até antagônicas, feitas por diferentes atores; ou seja, a bioética do começo da vida, entendida como o estudo das práticas que podem alterar irreversivelmente os

processos vitais em seu emergir para o Mundo, encontra necessariamente os conflitos de interesses e de valores entre seus distintos atores.

Para discutir tais conflitos foram convidados alguns especialistas nacionais e internacionais que atuam e pensam criticamente neste âmbito da moralidade e eticidade das práticas - naturais ou artificiais - sobre o começo da vida. Este constitui um dos âmbitos da bioética que, apesar de historicamente ser um dos primeiros a ser analisados (sobretudo no que se refere à questão do aborto e da autodeterminação da mulher), continua sendo também um dos mais polêmicos, como se poderá constatar à leitura dos textos da presente edição.

Não apresentaremos cada texto individualmente, nem no sentido “indiciário”, e supostamente didático, de indicar pistas de leituras. Isto seria, no mínimo, redundante e provavelmente desrespeitoso à inteligência do leitor, o qual certamente poderá avaliar a qualidade e a força dos argumentos em campo com sua própria competência crítica. No entanto, pensamos que vale a pena insistir sobre o aspecto polêmico do campo da bioética em geral e da bioética do começo da vida em particular, pois essas controvérsias são indícios de efeitos relevantes e preocupantes em termos de saúde pública (como destacam, sobretudo, os textos de Florência Luna, Fátima Oliveira e Marilena Corrêa).

O caráter polêmico deste âmbito pode ser explicado de muitas maneiras. Uma delas, que se situa na interseção entre a filosofia e a socio-

logia, é certamente aquela que faz referência à *secularização dos valores éticos*, aqui *diretamente* destacada pelos textos de Miguel Kottow, Maurizio Mori, F. Roland Schramm e Marco Segre, mas também aceita *indiretamente* nos textos de Florencia Luna, Marilena Corrêa e Fátima Oliveira, e *pressuposta* nos textos mais técnicos de Roger Abdelmassih e de Dirce Guilhem e Mauro Prado.

A secularização dos valores é considerada - pelo menos desde os clássicos estudos de Max Weber - uma das características específicas das sociedades multiculturais e multiconfessionais contemporâneas, a qual tem toda uma série de implicações tanto no nível do método como no dos conteúdos. Com efeito, implica a legitimidade ética de uma mera abordagem laica da reprodução assistida, quer dizer, a utilização de uma espécie de *ateísmo metodológico* que permita distinguir claramente as abordagens filosóficas e científicas, por um lado, e as religiosas e teológicas, por outro. E esta é, de alguma forma, uma maneira de reafirmar o espírito republicano que presidiu a separação dos âmbitos de competência do Estado daquele das igrejas. Portanto, este ponto em comum existente nos oito textos pode ser considerado o pressuposto a partir do qual pode-se falar, racionalmente e da maneira mais imparcial possível, sem preconceitos nem privilégios, das difíceis questões bioéticas da reprodução assistida, que implicam sentimentos e paixões a serem escutadas, certamente, mas sobretudo educadas para que o Estado, laico e protetor, possa oferecer uma melhor qualidade de vida para aquelas e aqueles que escolhem dar a vida a outros seres.